



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,
REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO
DE 2025.

Presidência do senhor deputado Felipe Leitão.

- Presidente -

Secretário o senhor deputado Tovar.

- 1º secretário –

Às dez horas do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a presente Sessão Ordinária. Além dos membros da Mesa acima mencionados, compareceram os deputados: Anderson Monteiro (MDB); Branco Mendes (REP); Camila Toscano (PSDB); Chió (REDE); Cida Ramos (PT); Danielle do Vale (REP); Del. Wallber Virgolino (PL); Dra. Jane Panta (PP); Dr. Romualdo (MDB); Dr Taciano Diniz (UNIÃO); Francisca Motta (REP); George Moraes (UNIÃO); Gilbertino (UNIÃO); Hervázio Bezerra (PSB); Inácio Falcão (PC do B); João Gonçalves (PSB); João Paulo Segundo (PP); Júnior Araújo (PSB); Luciano Cartaxo (PT); Manoel Ludgério (PSDB); Michel Henrique

(REP); Sargento Neto (PL); Tanilson Soares (PSB); Tião Gomes (PSB); Tovar (PSDB). Não compareceram à sessão os deputados Caio Roberto (PL); Chico Mendes (PSB); Dr^a Paula / PP; Dudu Soares (SD); Galego Souza (PP); Márcio Roberto (REP) e Silvia Benjamin (REP). Não compareceram, com faltas justificadas, os deputados Adriano Galdino (REP), Eduardo Carneiro (SD) e Jutay Meneses (REP). Havendo número regimental, o senhor Presidente, “invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou aberta a presente Sessão e fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Após a pausa, o Presidente passou a palavra ao deputado Sargento Neto para que procedesse à leitura de uma passagem bíblica. Em sequência, o Presidente passou a palavra ao primeiro secretário, o deputado Tovar, para a leitura do Expediente em Mesa. Em seguida, o Presidente, deputado Felipe Leitão, solicitou a dispensa da leitura das atas anteriores, bem como a votação da redação final das matérias aprovadas, considerando aprovadas as atas das sessões anteriores. Na sequência, deu-se início ao Pequeno Expediente, concedendo-se a palavra ao deputado Hervázio Bezerra, que, após os cumprimentos de praxe, relatou que seu filho, Léo Bezerra, havia sofrido ao receber a comunicação de que deixaria a presidência do PSB. Explicou que a crise começou quando um secretário de Estado e o secretário-geral do partido declararam à imprensa que Léo não representava o PSB, o que considerou inverídico. Defendeu que Léo representara os interesses da Capital com atuação destacada como vice-prefeito; afirmou que respeito e lealdade se conquistavam com atitudes; e reafirmou sua trajetória de correção, registrando piadas e insinuações feitas contra sua família. Declarou sua opção política pelo apoio a Cícero Lucena, com quem mantinha uma relação histórica de confiança, sem desmerecer Lucas Ribeiro. Criticou o secretário por privilégios e o convidou a um debate direto. Questionou ainda onde teria havido erro, considerando que Léo sempre harmonizou as relações entre João Azevêdo e Cícero; ressaltou incoerências no partido e lembrou episódios eleitorais em que assumira riscos. Afirmou que o discurso de Léo fora sincero e lamentou a forma como ele fora afastado, concluindo que divergências políticas não diminuíam quem saía, mas revelavam quem fechava as portas. Em seguida, o secretário registrou as justificativas de ausência dos deputados Jutay Meneses, que estava representando a Assembleia na solenidade da aula inaugural do CFSD 2025-2 da Polícia Militar, e do deputado Eduardo Carneiro, que se encontra em Brasília, na marcha dos deputados promovida pela UNALE. Logo após, usou da tribuna o deputado Wallber Virgolino, que, depois de cumprimentar a todos, afirmou ter acompanhado integralmente o relato do deputado Hervázio Bezerra; disse reconhecer o peso de uma perseguição política; declarou que a candidatura de Cícero Lucena era irreversível e que Léo Bezerra seria o futuro prefeito de João

Pessoa. Rogou para que Léo revisse o contrato da Zona Azul, que, segundo denúncias da população e do comércio local, teria prejudicado o centro e áreas litorâneas da Capital, gerando 139 mil multas em pouco mais de um mês. Opiniu que o contrato deveria ser reavaliado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. Depois, ele criticou a dificuldade de uso do sistema por parte da população e classificou o impacto sobre o comércio como devastador. Em seguida, denunciou o avanço da criminalidade e furtos cometidos por pessoas em situação de dependência química nos bairros de João Pessoa, cobrou ações efetivas da Polícia Militar e investigações mais rigorosas da Polícia Civil, alertou que a falta de atuação estatal agrava a violência e compromete a segurança pública e concluiu pedindo ao Governo do Estado foco na gestão e não apenas na política, especialmente diante da proximidade do período eleitoral. Em seguida, com a palavra, o deputado Sargento Neto. Agradeceu a presença das lideranças convidadas, afirmou que a sessão reuniu manifestações contra o que classificou como injustiças políticas no país. Registrou críticas à atuação de autoridades judiciais, alegando perseguições, parcialidade e violações de direitos, declarou indignação com esta situação e alertou que tal postura poderia atingir parlamentares. Defendeu a concessão de anistia como solução para restabelecer o equilíbrio institucional e preservar liberdades individuais. Logo após, com a palavra, o deputado Júnior Araújo. Relatou a grave crise hídrica que atingiu o Açude Engenheiro Ávidos, em Cajazeiras, destacando prejuízos severos para pescadores, ribeirinhos e produtores rurais da região. Explanou que a Agência Nacional de Águas e o Ministério do Desenvolvimento Regional liberaram volumes elevados de água, reduzindo o reservatório ao volume morto. Solicitou providências do Governo da Paraíba, da AESA e da Secretaria de Recursos Hídricos, incluindo a aquisição de água da Transposição do São Francisco para recompor os mananciais. Reforçou que a situação comprometeu a economia regional, causou a morte de animais e ameaça o abastecimento humano, conclamando ação imediata do Estado. Dando seguimento, com a palavra, o deputado Doutor Taciano Diniz. Relatou visita a diversos municípios do interior, com destaque para Curral Velho, onde acompanhou obras executadas pelo prefeito Samuel. Parabenizou a gestão municipal pelo maior superávit financeiro da Paraíba em 2024, conforme dados do Tesouro Nacional, criticou a Secretaria de Educação do Estado pela condução da reforma da Escola Cidadã Integral Maria do Socorro Ramalho Quirino, em Imaculada, apontando atraso nas obras, transferência inadequada dos alunos e suspensão das aulas por falta de pagamento da energia do prédio provisório, manifestando, assim, preocupação com os prejuízos aos estudantes da rede estadual. Na sequência, com a palavra, o deputado George Morais. Registrou voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito Alberto Nepomuceno, de Barra de Santa Rosa, ressaltando sua

trajetória de três mandatos e sua dedicação ao município. Destacou a parceria histórica entre as famílias Moraes e Nepomuceno, relatou que seu pai, Efraim, pode se despedir do líder político no dia anterior ao óbito. Solicitou a inclusão de Moção de Pesar, já autorizada pela Presidência, e reiterou o compromisso de seguir atuando em favor de Barra de Santa Rosa. Em seguida, com a palavra, o deputado Doutor Romualdo. Abordou o Dia da Consciência Negra, afirmando que o país ainda não assegurou plenamente direitos à população negra após a abolição. Defendeu maior igualdade social e reconhecimento histórico, criticou a atuação de um ex-presidente da República, afirmando que suas ações foram marcadas por contradições, falas anticientíficas e falta de projetos aprovados no Legislativo. Considerou que parte da população sustentou expectativas irreais sobre sua capacidade de governar e apontou que tais fatores explicariam a crise política atual. Dando seguimento, o deputado Doutor Taciano Diniz justificou as ausências do deputado Dudu Soares, por estar participando da I Marcha dos Deputados Estaduais em Brasília, representando a Assembleia Legislativa; do deputado Márcio Roberto, que também se encontra em Brasília, participando de agendas nos ministérios, conjuntamente com os deputados federais e senadores; da deputada Silvia Benjamin, participando da Marcha Nacional dos Deputados Estaduais em Brasília; e da deputada Doutora Paula, também participando, representando a Assembleia Legislativa da Paraíba, na mesma Marcha Nacional dos Deputados Estaduais em Brasília. Na sequência, com a palavra, a deputada Francisca Motta. Expressou satisfação com a solução interna adotada pelo presidente Adriano Galdino para evitar a divisão do partido Republicanos, destacando sua postura conciliadora e capacidade de renúncia em prol da unidade. Parabenizou o presidente pela condução do processo, relatou ainda sua participação na inauguração de uma UBS no distrito de Tataíra, fruto de emenda de seu mandato. Por fim, alertou para a crescente dificuldade de abastecimento de água em Patos, manifestando preocupação com o agravamento da situação hídrica no município. Em seguida, foi passada a palavra ao deputado Chió, que agradeceu ao Governo do Estado pelas obras de mobilidade no distrito de Massabielle, em Esperança, estendendo os benefícios aos municípios vizinhos. Não obstante, solicitou urgência na solução do colapso hídrico em Algodão de Jandaíra e na região. Por fim, relatou sua participação na COP, em Belém, e apelou ao Governador para que assinasse decretos para proteção ambiental das Serras de Santa Catarina, visando à preservação do semiárido. Na sequência, a deputada Doutora Jane Panta registrou a importância do dia 25 de novembro, Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher, incentivando a denúncia e a prevenção. Nesse contexto, parabenizou a iniciativa do projeto "Antes Que Aconteça". Outrossim, elogiou a postura política e o gesto de união do presidente Adriano Galdino em relação ao

projeto político de Lucas Ribeiro. Prosseguindo, fez uso da tribuna o deputado João Gonçalves, que lamentou o alto índice de acidentes de trânsito graves, citando casos recentes na região do Vale da Paraíba. Aproveitou a oportunidade para registrar voto de aplauso aos profissionais dos Hospitais de Trauma e Edson Ramalho. Ao encerrar, mencionou a turbulência política no estado. Logo após, deu-se início à Ordem do Dia, passando-se a palavra ao primeiro secretário, deputado Tovar, para a leitura dos itens da pauta. Item 1. Vetos – Discussão e votação em turno único – Quórum: Maioria absoluta. Votando "sim", o deputado rejeita o veto, aprovando o projeto; e votando "não", aceita o veto, rejeitando o projeto (art. 228, inc. II e III do R.I): Veto nº 217/2025 – Do Governador do Estado – Veto total por inconstitucionalidade e por ser contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº 2.992/2024, de autoria da deputada Cida Ramos, que "Dispõe sobre a vacinação domiciliar das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito do Estado da Paraíba". Razões do veto: Inconstitucionalidade e contrário ao interesse público. Parecer da CCJR: Pela manutenção do veto. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em discussão o veto, a deputada Cida Ramos questionou a alegação de inconstitucionalidade da matéria, enfatizando as dificuldades de locomoção enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Em seguida, a deputada Doutora Jane Panta argumentou que o projeto apenas fortaleceria a legislação básica de vacinação, manifestando-se contrariamente ao veto. Em votação, o líder da oposição, o deputado George Morais, encaminhou o voto favoravelmente à derrubada do veto, ao passo que a líder da situação, a deputada Daniele do Valle, liberou a bancada. Abertura do painel e resultado final: 14 votos "sim", 9 votos "não" e 0 abstenções. Mantido o veto governamental. Veto nº 228/2025 – Do Governador do Estado – Veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.018/2024, de autoria do Deputado Dr. Romualdo, que "Institui a Política Estadual de Combate às Fraudes Virtuais e aos Delitos Cibernéticos no Estado da Paraíba e dá outras providências." Razões do veto: Inconstitucionalidade. Parecer da CCJR pela manutenção do veto. Em discussão, o deputado Anderson Monteiro falou sobre o uso recorrente do Art. 63 pelo Governo para vetar projetos importantes e defendeu que, pela relevância do tema, a Casa deveria derrubar o veto. Também elogiou o autor do projeto e destacou seu impacto direto na vida dos paraibanos. O deputado Dr. Romualdo, ao fazer uso da palavra, explicou que o projeto apenas estabelecia diretrizes sem criar custos ou obrigações ao Governo e defendeu que campanhas educativas poderiam reduzir fraudes virtuais. Encaminhando a votação, a deputada Danielle do Vale, como líder da situação, orientou a bancada para manutenção do veto. O deputado George Morais, como líder da oposição, orientou a bancada para a derrubada do veto. Em votação, o veto foi mantido por maioria, com 12 votos sim, 10

votos não e 1 abstenção. Projetos de Lei – Discussão e votação em turno único – Quórum: Maioria simples: Projeto de Lei nº 5.768/2025 – Do Governador do Estado – Autoriza a doação de um imóvel do acervo patrimonial do Estado da Paraíba para o município de Bonito de Santa Fé-PB, e adota outras providências. Requerimento de urgência urgentíssima. Designar relator especial. Em votação, a urgência urgentíssima foi aprovada por maioria, com votos contrários dos deputados Sargento Neto, Anderson Monteiro, Camila Toscano, Delegado Wallber Virgolino, Tovar e Dr. Taciano Diniz. Designado relator especial o deputado Júnior Araújo, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.754/2025 – Da Deputada Cida Ramos – Concede o Título de Cidadã Paraibana à Senhora Estela Maria Nunez, pelos relevantes serviços prestados no Estado da Paraíba. Requerimento de urgência urgentíssima. Designar relator especial. Em votação, a urgência urgentíssima foi aprovada por maioria. Designado relator especial a deputada Francisca Motta, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.755/2025 – Da Deputada Cida Ramos – Concede o Título de Cidadã Paraibana à Senhora Yudith Del Valle Gómez, pelos relevantes serviços prestados no Estado da Paraíba. Requerimento de urgência urgentíssima. Designar relator especial. Em votação, a urgência urgentíssima foi aprovada por maioria. Designado relator especial a deputada Francisca Motta, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 979/2023 – Do Deputado Dr. Romualdo – Estabelece a tarifa de água e esgoto quando houver interrupção no fornecimento ou quando o mesmo for insatisfatório, ou seja, quando a água chegar imprópria para o consumo no Estado da Paraíba. Designar relator especial. Designado relator especial a deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.043/2023 – Da Deputada Danielle do Vale – Institui a Rota Turística do Litoral Norte na região geoadministrativa do Vale do Mamanguape e dá outras providências. Parecer da CCJR pela constitucionalidade. Designar relator especial. Designado relator especial o deputado Chió, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse

discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.171/2023 – Do Deputado Wilson Filho – Obriga a utilização de biometria facial para acesso aos locais destinados às torcidas organizadas nos estádios de futebol do Estado da Paraíba e dá outras providências. Designar relator especial. Designado relator especial a deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, o deputado Chió elogiou o projeto, mas disse que tinha dúvidas sobre sua constitucionalidade e sobre quem seria responsável por implantar a biometria facial nos estádios. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.199/2023 – Do Deputado Delegado Wallber Virgolino – Confere ao município de Sapé-PB o título de Capital Estadual do Abacaxi. Designar relator especial. Designado relator especial o deputado Chió, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, o deputado João Gonçalves explicou que a CCJ havia pedido comprovação estatística para projetos que concedem títulos a municípios. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.521/2023 - Do Deputado Chió – Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de peças publicitárias em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas salas de cinema e casas de espetáculos no Estado da Paraíba. Parecer da CCJR pela constitucionalidade. Designar relator especial. Designado relator especial a deputada Francisca Motta, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, o deputado Tovar pediu maiores esclarecimentos sobre o PL. O deputado Chió fez explanações a respeito e ressaltou a importância do acesso à informação. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.719/2025 – Do Deputado Branco Mendes – Institui a semana estadual de conscientização e apoio às pessoas com doença de Alzheimer, no calendário oficial de eventos do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Parecer da CCJR pela constitucionalidade. Designar relator especial. Designado relator especial a deputada Francisca Motta, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.793/2025 – Da Deputada Camila Toscano – Dispõe sobre a proibição de exposição de crianças e adolescentes em shows, peças teatrais, eventos culturais e palestras, que promovam a sexualização e o incentivo à criminalidade e ao uso de drogas ilícitas, no Estado da Paraíba. Designar relator especial. Designado relator especial a deputada Francisca Motta, que proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado. Em discussão o projeto, a deputada Camila

Toscano fez explanações sobre a importância do PL, falou sobre crianças dançando no palco de shows e disse ser contrária à erotização delas. Em votação, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.035/2025 – Do Deputado Hervázio Bezerra – Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de assentos para repouso nos estabelecimentos comerciais a vendedores, atendentes e demais trabalhadores que exerçam suas atividades em pé, e dá outras providências. Designar relator especial. O deputado Chió, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, o deputado Tovar Correia Lima proferiu que irá se abster à votação, visto que tal tema cabe à União e, portanto, é inconstitucional. Logo após, o deputado Hervázio Bezerra declarou que a constitucionalidade pode ser questionada, mas que tal projeto serve para sensibilizar os proprietários de loja, tendo em vista que visa o lado humanitário desses vendedores. Em votação o projeto, aprovado por maioria. Projeto de Lei nº 5.090/2025 – Do Deputado Adriano Galdino e Manoel Ludgério – Denomina de Rodovia Antenor Pereira Guimarães o trecho da Rodovia PB-147 que interliga os Municípios de Pocinhos, Olivedos e Cubati. Designar relator especial. O deputado Chió, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o projeto, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.409/2025 – Do Deputado Luciano Cartaxo – Institui no âmbito do Estado da Paraíba o selo “Beber Legal Paraíba” e dispõe sobre a obrigatoriedade de informações claras e visíveis sobre bebidas alcoólicas comercializadas em bares, restaurantes, distribuidoras e demais estabelecimentos similares, com o objetivo de reforçar a proteção à saúde e à segurança do consumidor. Designar relator especial. O deputado Chió, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o projeto, aprovado por maioria. Projeto de Lei nº 5.585/2025 – Do Deputado George Moraes – Reconhece como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial a banda Duarte Machado do município de Santa Luzia-PB. Parecer da CCJR pela constitucionalidade. Designar relator especial. O deputado Chió, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão os pareceres, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação os pareceres, aprovados. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o projeto, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 683/2023 – Do Deputado Sargento Neto – Institui o prêmio estadual de criatividade inclusiva em reconhecimento ao mérito de inventores e empresas que desenvolvam bens e produtos inclusivos para pessoas com deficiência, e dá

outras providências. Parecer da CCJR pela constitucionalidade. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência pela aprovação. Em discussão os pareceres, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação os pareceres, aprovados. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o projeto, aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.229/2023 – Do Deputado João Gonçalves – Institui o selo amigo dos desportistas e desenvolvedores de uma sociedade justa, no âmbito do Estado da Paraíba. Parecer da CCJR pela constitucionalidade com emenda de redação. Parecer da Comissão de Juventude, Esporte e Lazer pela aprovação. Em discussão os pareceres, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação os pareceres, aprovados. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o projeto, aprovado por unanimidade. O 1º secretário, deputado Tovar Correia Lima, declarou que há os seguintes projetos de resolução incluídos na pauta da Ordem do Dia: Projeto de Resolução nº 601/2025 - Do Deputado Adriano Galdino e da Mesa Diretora; Projeto de Resolução nº 607/2025 - Do Deputado Adriano Galdino e da Mesa Diretora; Projeto de Resolução nº 606/2025 - Da Deputada Camila Toscano; Projeto de Resolução nº 604/2025 - Do Deputado Felipe Leitão; Projeto de Resolução nº 517/2025 - Do Deputado Michel Henrique; Projeto de Resolução nº 577/2025 - Do Deputado João Gonçalves; Projeto de Resolução nº 576/2025 - Do Deputado João Gonçalves; e Projeto de Resolução nº 574/2025 - Do Deputado João Gonçalves. O deputado Chió, relator das matérias, proferiu que há um grande número de concessão de medalhas na Casa. Declarou que precisa, portanto, restringir a um número limitado por cada deputado. Em seguida, proferiu parecer pela aprovação. O deputado João Gonçalves proferiu que tal parâmetro regimental já fora quebrado por outros parlamentares. Declarou que está seguindo a norma da Casa. O deputado Chió sugeriu para que tal discussão seja levada para ser discutida na CCJ. O deputado Felipe Leitão proferiu que o seu mandato não quebra o regimento. Ainda em discussão, o deputado Michel Henrique proferiu que o grande número de medalhas banaliza a honraria. Em discussão os pareceres, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação os pareceres, aprovados. Em discussão os projetos do item 3 e as inclusões, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação os projetos do item 3 e as inclusões, aprovados por unanimidade. Em seguida, foi sugerida a votação em bloco dos demais itens da pauta. O 1º secretário, deputado Tovar Correia Lima, proferiu que há as seguintes inclusões de requerimento: Requerimento nº 26.758/2025 - Da Deputada Danielle do Vale; Requerimento nº 26.759/2025 - Do Deputado Michel Henrique; Requerimento nº 26.769/2025 - Do Deputado Michel Henrique; Requerimento nº 26.757/2025 - Da Deputada Cida Ramos; Requerimento nº 26.765/2025 - Do Deputado George Moraes; e o Requerimento nº 26.647/2025 - Do

Deputado Felipe Leitão. Em discussão as matérias dos itens 4 ao 6 e as inclusões, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação as matérias dos itens 4 ao 6 e as inclusões, aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o presidente declarou encerrada a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. A presente sessão ordinária registrou-se na Sala das Sessões, João Pessoa-PB, 25 de novembro de 2025.



DEP. FELIPE LEITÃO

Presidente



TOVAR CORREIA LIMA
Deputado Estadual

1º Secretário